

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**PRÁTICAS INCLUSIVAS DE PROFESSORES NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

JOÃO HENRIQUE SOUSA COSTA

**SÃO LUÍS
2023**

JOÃO HENRIQUE SOUSA COSTA

**PRÁTICAS INCLUSIVAS DE PROFESSORES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Alex Fabiano Santos Bezerra

SÃO LUÍS

2023

JOÃO HENRIQUE SOUSA COSTA

**PRÁTICAS INCLUSIVAS DE PROFESSORES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR**

Aprovada em: ____ / ____ / 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alex Fabiano Santos Bezerra
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Juciléia Neres Ferreira
1º Examinador

Prof^a Dr^a. Elizabeth Santana Alves de Albuquerque
2º Examinador

Que vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

Charles Chaplin.

Aos meus pais, Emilia de Sousa Costa e
João Izídio Costa Filho por ser a base da
minha instrução familiar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais; Emilia de Sousa Costa e João Izídio Costa Filho, sou profundamente grato por todo o suporte emocional e encorajamento que vocês me deram durante esses anos. Desde o momento em que comecei este projeto, vocês estiveram ao meu lado, fornecendo palavras de incentivo, paciência e compreensão. Vocês sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu duvidava das minhas próprias habilidades.

Aos meus respeitados professores, gostaria de expressar minha profunda gratidão pela orientação sábia e pela dedicação em me ajudar a concluir. Suas vastas experiências e conhecimentos foram inestimáveis para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Vocês foram mentores excepcionais, sempre prontos para responder a todas as minhas dúvidas, fornecer *feedback* construtivo e me incentivar a ir além dos meus limites.

Orientadores são fundamentais em nossa trajetória acadêmica, e eu sou extremamente grato por ter tido a oportunidade de contar com o professor Dr^o Alex Fabiano Santos Bezerra ao meu lado. Sua dedicação, orientação e conhecimento foram cruciais para o sucesso do meu trabalho acadêmico. Seu compromisso em me orientar, fornecer *feedback* construtivo e incentivar meu crescimento intelectual foram de imenso valor para o desenvolvimento do meu projeto.

Vocês foram fundamentais na minha jornada acadêmica e agradeço do fundo do coração por tudo o que fizeram por mim.

Novamente, obrigado a todos vocês, meus pais, professores e orientador, por serem as pedras angulares do meu caminho acadêmico. Sou imensamente grato por ter vocês em minha vida.

Portanto, neste momento especial, eu dedico todo o meu sucesso a vocês. Meu trabalho acadêmico é uma prova tangível de todo o amor, apoio e dedicação que vocês investiram em mim. Sinto-me verdadeiramente abençoado por tê-los, e sou eternamente grato por tudo o que fizeram por mim.

RESUMO

O presente trabalho traz uma abordagem sobre as práticas inclusivas de professores nas aulas de Educação Física escolar com o objetivo de estudar os saberes relativos as práticas que promovam a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física escolar. Como objetivos específicos procurou-se: levantar na literatura especializada a produção científica referente ao processo de inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física escolar; identificar os princípios inclusivos presentes nas aulas de Educação Física escolar; caracterizar as principais estratégias inclusivas promovidas por professores de Educação Física escolar. A metodologia adotada envolveu uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa coletada a partir de livros, artigos e periódicos, que abordam claramente sobre a temática suscitada. Os resultados da pesquisa mostraram que a inclusão é pautada por princípios fundamentais, tais como respeito à diversidade, igualdade de oportunidades, valorização das diferenças e adaptação das atividades de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência. Dessa forma chegou-se a conclusão que as práticas inclusivas não beneficiam apenas os alunos com deficiência, mas também contribuem para a valorização da diversidade e para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas de todos os alunos.

Palavras-Chave: Educação Física Escolar. Práticas Inclusivas. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

This paper presents an approach to the inclusive practices of teachers in physical education classes in schools with the aim of studying the knowledge related to practices that promote the inclusion of students with disabilities in physical education classes. As specific objectives, we tried to: survey the scientific literature in the specialized literature regarding the process of inclusion of students with disabilities in Physical Education classes at school; identify the inclusive principles present in Physical Education classes at school; to characterize the main inclusive strategies promoted by physical education teachers at school. The methodology adopted involved a qualitative bibliographic research collected from books, articles, and journals that clearly address the raised topic. The research results showed that inclusion is based on fundamental principles, such as respect for diversity, equal opportunities, appreciation of differences, and adaptation of activities according to the needs of students with disabilities. Thus, it was concluded that inclusive practices not only benefit students with disabilities but also contribute to the appreciation of diversity and the development of social, emotional, and cognitive skills for all students.

Keywords: School Physical Education, Inclusive Practices, Persons with Disabilities.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	ASPECTOS EDUCACIONAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	13
2.1.1	Segregação	13
2.1.2	Integração.....	14
2.1.3	Inclusão	15
2.2	EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA.....	17
2.2.1	Conceitos, Definições, Características	18
2.2.2	Princípios Metodológicos.....	20
2.2.3	Estratégias de inclusão nas aulas de Educação Física.....	23
2.3	PRÁTICAS INCLUSIVAS	24
2.3.1	Atividade adaptada para pessoa com deficiência física	26
2.3.2	Estratégias e conceitos para a inclusão de pessoa com deficiência física .	29
3	METODOLOGIA.....	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	35
5	CONCLUSÃO.....	44
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é uma palavra que há muito é estudada e proposta em várias sociedades contemporâneas. Mas, no “papel” é mais fácil, na prática é algo muito mais complexo. Haja vista, que incluir perpassa por apenas estimular e receber a pessoa com deficiência em sala de aula ou ainda para uma aula de esporte no pátio com os outros alunos (SILVA; VOLPINI, 2014).

Esse assunto gravita no entorno de muitas questões, só para exemplificar: do material a ser adotado até a projeção dos espaços internos e externos para a acessibilidade, dessas pessoas. Há também a criação de estruturas projetadas para atendê-los e integrá-los às atividades educativas. Além disso, é de uma importância significativa a qualificação, percepção e postura do professor para lidar com a questão, uma vez que por meio de suas atitudes em estar a frente e avaliar o contexto se dará efetivas condições de êxito nesse momento (SOUZA, 2017).

Não obstante ao abordado, não se pode deixar de pensar e de agir na consecução desse objetivo que é o de integrar o aluno com deficiência ao cotidiano escolar em todos os seus matizes. Para que se promova não somente o que preconiza a lei, mas, buscar cumpri-la por ser algo justo e necessário para a promoção de uma vida produtiva e de qualidade dessas pessoas (SOUZA, 2017).

E nesse desvelar e nessa busca, pode-se visualizar, também a discussão de problemáticas que envolvem a prática de atividades voltadas para a inclusão em se tratando da matéria educação física que, nesse contexto, se apresenta como enfoque basilar do trabalho. Pois, por meio dessas atividades, é certo que esses alunos se tornarão mais aptos para outros enfrentamentos do cotidiano de um país como o Brasil, assim como quaisquer outros cidadãos (SILVA; CASTRO; WHITE, 2006).

Na outra ponta, também, há um elemento, a mais que se possa mencionar, os estudantes sem deficiência terão a oportunidade de conviver e, assim entender que apesar de estarem em outra condição física, os alunos com deficiência possuem os mesmos direitos de integrar as atividades regulares comum a todos os alunos. Isso diz respeito a uma maior e melhor percepção da consciência, da não-deficiência para essa possível coexistência (SILVA; VOLPINI, 2014).

A temática suscitada se justifica por compreender que a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física escolar é um tema de extrema

relevância e atualidade, haja vista que a promoção da igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral de todos os estudantes são princípios fundamentais da educação inclusiva. Nesse sentido, a Educação Física desempenha um papel crucial ao proporcionar um ambiente de aprendizagem onde a diversidade seja valorizada e a participação de todos seja efetiva.

A escolha desta temática se justifica ainda por um anseio pessoal do pesquisador, pois, este há muito tempo desenvolve as suas atividades laborais em uma instituição que promove a saúde e o bem-estar da pessoa com deficiência física, aliado a isso, o conhecimento acadêmico adquirido, o que possibilitou o contato entre essas duas realidades. Isso causou um despertar intelectual voltado para essa ação, em específico.

E, como consequência, o desvelar da realização desse estudo contemplou uma curiosidade de cunho pessoal do autor, bem como o desejo de desvendá-la sob o aspecto científico. Ressalta-se que este trabalho é apenas uma amostra do potencial a ser explorado por abordagens futuras dentro dessa temática, o qual espera-se que sirvam de diálogo entre o conhecimento voltado para o saber pragmático e que de fato é teórico e portanto, palpável.

Nesse contexto, considerando a relevância da temática suscitada, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Qual é o impacto das práticas inclusivas de professores nas aulas de Educação Física escolar no desenvolvimento motor, social e emocional de estudantes com deficiência? Tal questionamento requereu uma revisão bibliográfica capaz de permitir que a temática investigada atingisse o seu objetivo geral, o qual consistiu em: estudar os saberes relativos as práticas que promovam a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física escolar.

Para tanto, alguns objetivos específicos foram traçados, tais como; levantar na literatura especializada a produção científica referente ao processo de inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física escolar; identificar os princípios inclusivos presentes nas aulas de Educação Física escolar; caracterizar as principais estratégias inclusivas promovidas por professores de Educação Física escolar.

Assim sendo, a metodologia utilizada nesta pesquisa foi do tipo bibliográfica, subsidiada por abordagem qualitativa, com o objetivo de familiarizar o problema e aprimorar ideias. Desta forma, como base para este estudo sistematizado, foram

utilizados materiais referentes ao assunto, encontrados em livros, artigos científicos, periódicos, referências bibliográficas e documentais, publicados nas bases de dados; Periódicos Eletrônicos (CAPES) e Google Acadêmico. A partir das palavras chaves: educação física escolar, práticas inclusivas, e pessoa com deficiência.

Em uma perspectiva acadêmica, os resultados deste estudo contribuirão para o aperfeiçoamento das práticas inclusivas na Educação Física escolar, fornecendo subsídios teóricos e práticos para os professores promoverem a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e limitações. Em um contexto social, espera-se que este trabalho sensibilize a comunidade escolar e a sociedade em geral sobre a importância e os benefícios da inclusão na Educação Física, colaborando para uma educação mais justa e igualitária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é um direito fundamental de todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência, e é vital para garantir a sua plena participação na sociedade. No entanto, a inclusão educacional de pessoas com deficiência pode ser um desafio para muitas escolas e sistemas educacionais, que precisam fornecer adaptações e suportes específicos para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Nesta perspectiva, é necessário um olhar crítico e reflexivo sobre os aspectos Educacionais da Pessoa com Deficiência, visando garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e particularidades, conforme se abordará no decorrer deste capítulo.

2.1 ASPECTOS EDUCACIONAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Os aspectos educacionais envolvem os modelos utilizados no processo de ensino aprendizagem das pessoas com deficiência na escola. Destaque para a segregação, a integração e a inclusão que hora se apresentaram em momentos diferenciados.

2.1.1 Segregação

O modelo educacional de segregação foi amplamente utilizado no passado, ele consiste em manter as pessoas com deficiência em escolas especializadas. Segundo Diniz (2009) a pessoa com deficiência em escolas especiais é uma segregação velada, que esconde a falta de políticas públicas efetivas para garantir a inclusão desses indivíduos na educação regular.

Essa segregação é fruto de uma cultura excludente, que tem dificuldades em lidar com a diversidade e que ainda vê as pessoas com deficiência como incapazes. Segundo Farias (2010), a segregação escolar de pessoas com deficiência física é uma prática que gera exclusão e que deve ser combatida, visto que a escola é um espaço social de construção de conhecimento e de sociabilidade, que deve ser acessível a todos.

De acordo com Mantoan (2003), a segregação de pessoas com deficiência física na escola especial não oferece o preparo necessário para a vida em sociedade, pois não se convive com as diferenças que existem no mundo. Além

disso, a escola especial não possibilita que as pessoas com deficiência física aprendam a conviver com pessoas sem deficiência e vice-versa. Para Fávero (2018), a segregação é uma prática que desrespeita o direito à diversidade e ao respeito às diferenças individuais, essenciais para a formação de um sujeito crítico e autônomo.

"Não há dúvida de que a segregação de alunos com deficiência em escolas especiais é uma forma de justificar. Em vez de serem integrados em escolas regulares, eles são colocados em estabelecimentos separados, o que os torna ainda mais diferentes e excluídos." (MANTOAN, 2006, p. 52)

Alguns autores brasileiros argumentam que a segregação educacional da pessoa com deficiência é uma forma de dispensar, já que os impedem de participar plenamente da sociedade e os mantêm afastados das oportunidades que a escola regular pode oferecer (LOPES; CUNHA, 2013).

Como destaca Silva (2011), a inclusão de pessoas com deficiência física na educação regular é um processo que requer não apenas recursos e tecnologias assistivas, mas também a promoção de uma cultura inclusiva, que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais.

2.1.2 Integração

A integração é um dos fenômenos mais importantes dos últimos anos no campo da educação. A sua origem na década de 1960 nos países desenvolvidos surgiu em movimentos a favor do direito das minorias à não discriminação e na sensibilização para as condições em que viviam as pessoas com deficiência, entre outros grupos (GINÉ, 2001). A partir dessas mudanças, os princípios de atuação na educação especial foram transformados, apostando em objetivos semelhantes aos do resto das pessoas.

A Educação Integrativa nasce da ideia de que a educação é um direito humano básico e fornece as bases para alcançar uma sociedade mais justa. "Todos os alunos têm direito à educação" (Organização Científica, Cultural e Educacional das Nações Unidas - UNESCO, 1994), sejam quais forem as suas características ou dificuldades particulares. Este direito é justificado educacionalmente pela necessidade de todas as crianças serem educadas juntas, obrigando as escolas a conceber modalidades de ensino para as diferenças individuais; socialmente porque

educar todas as crianças juntas estabelece as bases para uma sociedade mais justa.

Essas abordagens integrativas na educação têm sido adotadas nos países do hemisfério norte apoiadas por políticas educacionais, apresentando experiências exitosas na prática pedagógica, assumindo o desafio e modificando os elementos curriculares (BARTON, 2002).

A integração escolar mostrou que a atenção à diversidade é um processo complexo, apesar de seus esforços, não atingiu todos os seus objetivos, mas representou uma mudança importante no cenário educacional. Por isso, passa atualmente por uma mudança ideológica que transforma a integração em inclusão de minorias, com base nos princípios propostos pela UNESCO (2003).

A integração é um processo contínuo e progressivo que parte do grupo familiar com o objetivo de incorporar o indivíduo com deficiência física na vida escolar, social e laboral da generalidade. A integração educacional é então válida, satisfazendo as necessidades gerais das pessoas com deficiência em uma sala de aula regular e as específicas em sua interação com o professor especialista. Essas ideias constituem uma visão universal de integração, mas essa generalidade tem sido observada de diferentes perspectivas de acordo com as experiências e pesquisas regionais.

A transformação da realidade social e profissional para o que parece cientificamente evidente é complexa e lenta, exigindo a participação ativa de muitas pessoas (VERDUGO, 2003). Por esta razão, a integração educativa apresenta uma grande variabilidade no campo de caracterização do processo, pelo que os intervenientes: pais professores, comunidade local e regional, assumem diferentes abordagens.

2.1.3 Inclusão

A partir da década de 1970, passou-se a acreditar que pessoas com deficiência teriam um potencial de aprendizagem dentro de uma educação integrada na rede regular de ensino, baseada na probabilidade de que escolas pudessem acolher os alunos com deficiência física para aprendizagem em salas comuns (GURGEL, 2014).

Segundo Miranda (2013), o conceito de integração/ inclusão só chega ao Brasil na década de 1970, e opunha-se aos modelos de segregação e defendia a

ideia de possibilitar, às pessoas que apresentavam deficiência, tenha condições de vida o mais normal possível, assemelhando-se com a de todas as pessoas consideradas normais. Assim as propostas de definição das políticas públicas da década de 1980 foram norteadas pelos princípios de normalização e integração.

Se tratando da legislação brasileira, a Constituição de 1988 é um marco muito importante que, desde então, vêm garantindo direitos à educação. Um de seus objetivos fundamentais é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV) (BRASIL, 1988).

Ainda nessa constituição, o artigo 205 apresenta a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece ainda a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino. E no artigo 208, preconiza como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, estabelecendo a integração escolar quanto ao preceito constitucional, preconizando o atendimento às pessoas com deficiência.

Com a Declaração de Salamanca, realizada na cidade de Salamanca, Espanha, de 7 a 10 junho de 1994, promovido pelo Governo Espanhol com o apoio da Unesco, foi proposto a atenção às pessoas com deficiência física e abrangendo, não só as crianças e jovens com deficiência física, o acesso de educação inclusiva para todos.

O princípio norteador da Declaração de Salamanca diz que:

As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: UNESCO, 1994).

A Declaração mostra de forma clara que todas as pessoas, independentemente de suas limitações, têm direitos à educação, uma vez que todas as pessoas possuem particularidades e interesses distintos que tornam a aprendizagem única.

No Brasil, a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, foi um dispositivo de grande importância que objetivou orientar o país a promover a educação inclusiva. Um de seus avanços é a extensão da oferta de educação especial até 6 anos de idade e a necessidade da preparação dos professores com recursos adequados, compreendendo a diversidade dos alunos.

A Convenção da Guatemala (1999) foi outro encontro de grande importância para educação do aluno com deficiência, que se evidenciou no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, mostrando que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos que as demais pessoas, pelo qual definiu a discriminação como:

(...) toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou o propósito de impedir ou anular o reconhecimento, o gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2001, p.2).

Este decreto exige uma reinterpretação e reflexão da educação especial no contexto da promoção da quebra de barreiras que, de alguma forma, impossibilitam o acesso de todos à escola. Desse modo, não se pode impedir o acesso à educação, pois estará sendo implicado como discriminação baseada na concepção de deficiência cognitiva.

Nesse contexto, há necessidade de tornar realidade a inclusão em todos os setores sociais. Para tanto, é preciso haver uma adaptação na escola para acolher as diferenças de cada aluno, pressupondo a capacitação de professores para desempenhar sua função de mediar o conhecimento, além da preparação de toda equipe escolar e as devidas mudanças na estrutura física do ambiente escolar.

2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

O tópico a seguir discutirá as questões relativas a Educação Física realizadas nas escolas com vistas a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de forma que garanta não somente a participação desses alunos, mas também o aprendizado. Assim, será discutido os principais conceitos, definições, metodologias e estratégias para o ensino inclusivo das aulas de Educação Física.

2.2.1 Conceitos, Definições, Características

Segundo Mercadante; Rosário (2010) alunos com deficiência, a exemplo dos autistas não possuem uma “teoria da mente”, ou seja, a habilidade de interpretar corretamente as emoções e atitudes dos outros. E, portanto, não conseguem avaliar o estado de espírito e as intenções alheias. Além disso, muitos têm interesses obsessivos sobre algum tipo de sistema, como uma preocupação exagerada, dentre diversas outras coisas.

Nesse sentido, torna-se relevante destacar a importância das atividades físicas como processo auxiliador do desenvolvimento de habilidades motoras, fisiológicas e cognitiva dos indivíduos com deficiência física de maneira geral, apresentando-se, portanto como uma alternativa favorável no trabalho com crianças com deficiência física, uma vez que o desenvolvimento das aulas de Educação Física, tendem a potencializar tanto a participação autônoma, como a aquisição de um hábito de vida ativo (TOMÉ, 2015).

Para Ribeiro e Dias (2011), a atividade física estabelece um dos elos mais importantes entre o campo educacional e a motivação do aluno, o que faz com que essa afinidade pelas atividades recreativas-esportivas possa se tornar um elemento educacional de valores bastante significativos no trabalho com deficiência física.

É nesse ponto que as atividades lúdicas surgem como um recurso significativo em meio ao trato com alunos com deficiência, haja vista que a fase da vida que o indivíduo mais brinca é a infância. É por meio das brincadeiras que ele expressa seus sentimentos e desejos. Por esse motivo as atividades lúdicas desenvolvidas por meio de jogos torna-se a melhor maneira para envolver as crianças nas atividades de educação física, pois o ato de brincar é típico de crianças. Dessa forma, as atividades físicas executadas a partir de artefatos lúdicos tende a propiciar benefícios às crianças, já que brincadeiras direcionadas despertam o interesse destas, facilitando, o estudo de várias habilidades úteis para seu desenvolvimento cognitivo (ALMEIDA, 2009).

Em pesquisa realizada por Santos; Adjuto; Soares (2020), os autores relatam que a atividade lúdica é essencial para a criança, pois favorece o seu desenvolvimento em abundantes habilidades e funções no plano cognitivo, social, emocional e, também, motor. Em crianças com deficiência física é comum que encontre alguma alteração nessas atividades, especialmente, a nível representativo.

Nesse contexto, a intervenção desta dificuldade vai repercutir diretamente na área social e comunicativa. Sendo a atividade lúdica uma ferramenta eficaz de aprendizagem e parte essencial no desenvolvimento de todo indivíduo, é importante abordá-la de forma ampla e adaptada às características e necessidades de cada criança .

Maia; Farias; Oliveira (2020) reiteram que uma das características mais marcantes em crianças com deficiência é a ausência de habilidades e competências para a interação social e comunicação, a qual as mantém solitárias, e isoladas de seu ambiente social. O desenvolvimento destas habilidades é gradativo, e nele intervêm processos de aprendizagem e produções diferentes, que a criança vai utilizando para construir, a partir de sua experiência, uma evoluída compreensão e adaptação ao mundo que o rodeia e que é muito importante para sua socialização.

Na maioria das crianças, a ludicidade é um meio para adquirir distintas habilidades: sociais, comunicativas, motoras, cognitivas. Assim mesmo, as atividades oferecem a possibilidade de assumir um papel ativo frente à realidade e à aprendizagem dentro e fora da escola (SANTOS; ADJUTO; SOARES, 2020).

Para Santos; Adjuto; Soares, (2020), a brincadeira como atividade física é um dos meios principais para o desenvolvimento da criança onde estão sempre presentes, pois permitem a organização e elaboração do conhecimento adquirido. É através destes gestos que a criança busca entender o significado das coisas e dos fatos. Nessa perspectiva, complementa Rizzo (2010) que o desenvolvimento ocorre de forma integrada em relação a si e ao meio ambiente. Seu desenvolvimento ou aprendizagem não se dá somente aos pulos e nem através de aulas sistematizadas pois ele é contínuo e requer tempo.

Segundo Gomes e Gonçalves (2017), nas aulas de educação física, há bases de todo conhecimento sempre com ato perceptivo, e as atividades de desenvolvimento psicomotor buscam melhorar as habilidades da criança em relação a descoberta e seu mundo ao redor. Rizzo (2010) reitera, que a psicomotricidade proporciona a criança uma satisfação imediata a sua necessidade de agir, pois esta encontra na recreação e ludicidade dos exercícios necessários ao desenvolvimento das capacidades motoras e cognitivas.

2.2.2 Princípios Metodológicos

A Educação Física Inclusiva é uma área da Educação Física que tem como objetivo incluir pessoas com deficiência na prática de atividades físicas e esportes. No Brasil, a inclusão é um tema cada vez mais discutido e a Educação Física não pode ficar de fora desse debate.

A legislação brasileira reconhece a importância da inclusão e da acessibilidade na Educação Física e estabelece alguns princípios para garantir a efetivação desses objetivos. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Decreto nº 7.611/2011), os princípios metodológicos da Educação Física Inclusiva no contexto brasileiro incluem:

- Adaptação

É importante que as atividades físicas sejam adaptadas para atender às necessidades de cada pessoa, levando em consideração suas habilidades e limitações. A adaptação é uma forma de promover a inclusão, pois permite que todas as pessoas possam participar das atividades, independentemente de suas deficiências ou limitações (SOBRAL; MIRANDA, 2010).

Para adaptar as atividades físicas, é necessário que o professor de Educação Física conheça bem as características das diferentes deficiências e saiba como adaptar as atividades para atender às necessidades de cada pessoa. Por exemplo, para pessoas com deficiência visual, é necessário que as atividades sejam adaptadas para que possam ser realizadas sem a necessidade de enxergar. Para pessoas com deficiência física, é necessário que as atividades sejam adaptadas para que possam ser realizadas sem o uso de membros do corpo que estejam afetados.

- Comunicação

É fundamental que o professor de Educação Física saiba se comunicar de forma clara e objetiva com todas as pessoas, independentemente de suas deficiências. A comunicação é uma forma de promover a inclusão, pois permite que todas as pessoas possam entender as orientações e instruções necessárias para a realização das atividades físicas (OLIVEIRA; MACHADO, 2007).

Para se comunicar de forma efetiva com pessoas com deficiência, é necessário que o professor de Educação Física conheça bem as diferentes formas

de comunicação, como a língua de sinais, a comunicação por meio de dispositivos eletrônicos e outras formas de comunicação alternativa.

- Acessibilidade

É importante que as atividades físicas sejam realizadas em locais acessíveis e que haja equipamentos adaptados para atender às necessidades de cada pessoa. A acessibilidade é uma forma de promover a inclusão, pois permite que todas as pessoas possam participar das atividades físicas sem limitações (SOBRAL; MIRANDA, 2010).

Para garantir a acessibilidade, é necessário que o professor de Educação Física conheça bem as diferentes formas de adaptação de equipamentos e espaços, como rampas de acesso, equipamentos adaptados, pisos táteis, entre outros.

- Avaliação

É importante que o professor de Educação Física avalie o desempenho de todas as pessoas de forma justa e objetiva, levando em consideração suas habilidades e limitações. A avaliação é uma forma de promover a inclusão, pois permite que todas as pessoas sejam avaliadas de forma justa e objetiva, independentemente de suas deficiências (MANTOAN, 2004).

Para avaliar de forma justa e objetiva, é necessário que o professor de Educação Física esteja preparado para adaptar as atividades físicas e os critérios de avaliação para atender às necessidades de cada pessoa. Além disso, é importante que a avaliação leve em consideração não apenas o desempenho físico, mas também aspectos sociais, emocionais e cognitivos.

- Inclusão Social

É importante que a Educação Física promova a inclusão social, permitindo que todas as pessoas sejam valorizadas e respeitadas em suas diferenças. A inclusão social é uma forma de promover a inclusão, pois permite que as pessoas com deficiência ou necessidades especiais sejam incluídas na sociedade de forma plena e participativa.

Para promover a inclusão social, é necessário que o professor de Educação Física crie um ambiente acolhedor e respeitoso, que valorize as diferenças e que promova a convivência entre pessoas com e sem deficiência. Além disso, é importante que a Educação Física promova a participação de pessoas com deficiência em eventos esportivos e atividades físicas inclusivas, permitindo que elas sejam reconhecidas e valorizadas pela sociedade.

Em suma, os princípios metodológicos da Educação Física Inclusiva no Brasil são fundamentais para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas limitações ou deficiência física, possam participar das atividades físicas e esportivas de forma plena e participativa (BRASIL, 2015).

- Princípio de continuidade

O princípio da continuidade na Educação Física Inclusiva refere-se à importância de proporcionar atividades físicas regulares e adaptadas às necessidades e capacidades individuais de cada pessoa, garantindo assim a continuidade do processo de desenvolvimento motor e cognitivo (OLIVEIRA; MACHADO, 2007).

Esse princípio destaca a necessidade de um planejamento pedagógico adequado e da oferta de atividades variadas e desafiadoras, considerando sempre a diversidade de perfis dos alunos. A continuidade é fundamental para que haja progresso no processo educacional e para que sejam alcançados resultados positivos na saúde e no bem-estar dos praticantes. O quadro a seguir resume os princípios mencionados acima:

Quadro 1 - Princípios Metodológicos da Educação Física Inclusiva

Princípios Metodológicos	Descrição
Adaptação	Adaptar atividades para atender às necessidades individuais de cada aluno
Comunicação	Comunicar de forma eficaz com alunos com deficiência
Acessibilidade	Garantir espaços e equipamentos acessíveis para todos
Avaliação	Avaliar o progresso individual e fazer adaptações adequadas
Inclusão social	Promover a inclusão social e criar um ambiente inclusivo
Continuidade	Proporcionar atividades físicas regulares e contínuas adaptadas às necessidades dos alunos.

Adaptado de (BRASIL, 2015).

Para aplicar esses princípios, é necessário que os professores de Educação Física estejam preparados para adaptar as atividades físicas, se comunicar de forma efetiva, garantir a acessibilidade, avaliar de forma justa e promover a inclusão social. Além disso, é importante que a Educação Física promova a inclusão em todas as suas dimensões, permitindo que as pessoas com deficiência sejam valorizadas e respeitadas em suas diferenças.

A Educação Física Inclusiva é uma área em constante evolução e é fundamental que os professores de Educação Física estejam atualizados e preparados para promover a inclusão de forma plena e participativa. Com o apoio de políticas públicas e da sociedade em geral, a Educação Física Inclusiva pode ser uma ferramenta poderosa para promover a inclusão social e a valorização da diversidade.

2.2.3 Estratégias de inclusão nas aulas de Educação Física

Para garantir a inclusão, é importante que sejam adotadas estratégias que promovam a participação de todos, independentemente de suas habilidades físicas e motoras.

Uma das principais estratégias para a inclusão nas aulas de educação física é a adaptação dos exercícios e atividades. É necessário que o professor esteja atento às necessidades e limitações dos alunos e faça as adaptações necessárias para garantir a participação de todos. Isso pode envolver a redução do tempo de atividade, a modificação das regras do jogo ou a utilização de equipamentos especiais para alunos com deficiências físicas (SOBRAL; MIRANDA, 2010).

Outra estratégia importante é a utilização de jogos cooperativos. Jogos que promovem a cooperação em vez da competição podem ser uma excelente alternativa para incluir alunos que não são tão habilidosos fisicamente ou que apresentam algum tipo de deficiência. Esses jogos geralmente envolvem a cooperação entre os alunos para atingir um objetivo comum, em vez de competir uns contra os outros (FERREIRA, 2012).

O uso de tecnologia também pode ser uma estratégia útil para a inclusão nas aulas de educação física. Existem diversas ferramentas tecnológicas disponíveis que podem ajudar a adaptar atividades e jogos para alunos com deficiências físicas ou motoras. Por exemplo, jogos de realidade virtual podem ser uma excelente alternativa para alunos com deficiências que dificultam a participação em atividades físicas convencionais (SOUZA, 2017).

Outra estratégia importante para a inclusão nas aulas de educação física é a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo. Os alunos devem se sentir seguros e confortáveis para participar das atividades, independentemente de suas habilidades físicas ou motoras. Isso pode ser alcançado por meio da promoção de um clima de respeito mútuo entre os alunos e do incentivo à participação de todos nas atividades

propostas (SANTOS; MENDES; LADISLAU, 2014).

Além disso, é importante que os professores estejam capacitados para lidar com alunos com deficiências físicas ou motoras. Isso pode envolver a realização de cursos de capacitação e formação continuada para aprimorar o conhecimento e as habilidades do professor na área de inclusão. A inclusão não se trata apenas de adaptações físicas e jogos cooperativos, mas sim de uma mudança de mentalidade e de uma cultura de inclusão (FERREIRA, 2012).

Em suma, é fundamental que os alunos com deficiências físicas ou motoras sejam vistos como indivíduos capazes e não apenas como “diferentes”. É importante que sejam valorizados por suas habilidades e potencialidades, e não por suas limitações. Essa valorização pode ser alcançada por meio do incentivo à participação ativa dos alunos nas atividades e pela promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor.

2.3 PRÁTICAS INCLUSIVAS

Ressalta-se que conforme abordado por Araujo (2019) a inclusão praticada no ambiente escolar, muitas vezes vem sendo trabalhado de forma equivocada por profissionais, ainda que com a melhor das intenções. Não basta apenas colocar as crianças que possuem deficiência física na escola, é necessário um amplo aparato de conhecimento que irá balizar o saber e a prática na vivência dessa criança no ambiente escolar.

As praticas inclusivas se mostra intrigante, desafiador e recompensador quando se permite trabalhar nas aulas a Educação Física, uma vez que pode-se descobrir um mundo completamente mágico, pois o diferente se mostra natural no agir mesmo que complexo do movimento exigido pelos jogos e brincadeiras. A Educação Física deve contribuir com o crescimento integral do aluno respeitando seus limites explorando suas melhores capacidades (ARAUJO, 2019).

Evidencia-se dessa forma, a importância da Educação Física Adaptada para crianças com deficiências físicas no ensino regular, mas desde que as peculiaridades de cada criança sejam observadas e trabalhadas, inclusive para permiti-la a tomar conhecimento de seu corpo antes de ser incluída na escola regular (PIEKARZ; BÔA; BORCHARDT, 2017).

Vale ressaltar ainda que, a aulas e sequências de Educação Física Adaptada para alunos com deficiência devem seguir um princípio técnico elementar,

realizando-se um aquecimento (cardiovascular, articular e muscular), para somente após ser executada a tarefa principal, conseqüentemente com mais extensão. Por fim, o relaxamento por meio de atividades que promovam a calma (massagem, alongamento), encerram a etapa do processo de aprendizagem, seguindo-se a combinação de repetições para fixar o que deve ser aprendido (PIEKARZ; BÔA; BORCHARDT, 2017).

É nesse ponto que o papel do professor de Educação Física na inclusão dos alunos com deficiência é de grande importância, visto que a própria disciplina é considerada uma ótima ferramenta para o desenvolvimento das potencialidades das crianças e a prática pedagógica do professor pode se tornar obsoleto à medida que o mesmo não se capacita não se interessa em deter o conhecimento acerca de leis e normas que norteiam a prática da inclusão em nesse meio, além de outros mecanismos que facilitariam e contribuiria para melhorar o rendimento das crianças com o incentivo da Educação Física (SILVA; ALVES; CORREIA, 2018).

O professor deve buscar meios de integrar as crianças nas aulas de educação física fazendo com que elas interajam de forma espontânea, sem muita exposição, para que não se sintam tão diferentes das outras e voltem novamente à auto exclusão. Por isso o professor precisa buscar pelo menos o mínimo de conhecimento para atender de forma correta, evitando prejudicar o desenvolvimento dos alunos com deficiência como os demais (PIEKARZ; BÔA; BORCHARDT, 2017).

Silva; Alves; Correia (2018) compreendem que o objetivo da Educação Física Adaptada é integrar os alunos com deficiência, em relação à adaptação e às normas disciplinares, tanto nas aulas teóricas como nas aulas práticas, pois por diversas vezes, o professor tem que optar pela dispensa desses alunos, das aulas de Educação Física ou optar por deixá-los apenas observando as atividades e os colegas, fazendo com que se sintam diferentes e inferiores aos demais.

Cumprе ressaltar que a Educação Física escolar é importante, pois contribui em aspectos relacionados à formação geral como o desenvolvimento motor, afetivo, social e cognitivo, visando também o hábito da prática das atividades físicas como sendo fundamentais para uma vida saudável. As atividades, por muitas vezes são realizadas em forma de jogos e brincadeiras, de forma lúdica, o que desperta o prazer da criança para sua prática (FERREIRA, 2017).

Embora o processo de inclusão de aluno com deficiência apresente dificuldades qualitativas na interação, comunicação e até mesmo na imaginação, o

convívio destas, por meio da inclusão com as outras crianças do ensino regular, no ambiente escolar, é de grande valor, pois estimula o desenvolvimento de suas capacidades interativas, impedindo seu isolamento. Como a inclusão é uma forma de movimento mundial, na busca de direitos e lugar na sociedade, o local que vai acolher o aluno com deficiência deverá modificar-se e preparar-se para recebê-lo de forma que ele se sinta acolhido e confiante, tanto com quem irá acompanhar o seu desenvolvimento como também em relação ao ambiente (FERREIRA, 2017).

2.3.1 Atividade adaptada para pessoa com deficiência física

Existem diferentes condições que afetam a mobilidade motora, habilidades motoras gerais e fala, como consequência de alterações neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, malformações ou lesões congênitas ou adquiridas (SILVA; CASTRO, 2006).

Manco é a pessoa que apresenta deficiência motora, padrões considerados normais para a pessoa humana, podendo ser definida como desvantagem, pois decorre de uma deficiência, que limita ou impede o desempenho motor de uma parte específica do corpo. O tipo de deficiência física é: hemiplegia, que é a paralisia do lado direito ou esquerdo do corpo, paraplegia, que é a paralisia das extremidades inferiores, ou seja, das pernas, e tetraplegia, que é a paralisia dos quatro membros, braços e pernas (SHAH; TAVARES, 2011).

A incapacidade física pode ter inúmeras causas: problemas durante a gravidez ou parto, insuficiência respiratória, bem como insuficiência cardíaca, infecção nosocomial, trauma causado por queda brusca ou ação de doenças infecciosas (SHAH; TAVARES, 2011).

As pessoas que tem algum tipo de dificuldade nas tarefas diárias e é deficiente físico ao ver suas dificuldades faz com que as pessoas reconsiderem suas dificuldades, escondendo-as. A cultura da sociedade contemporânea discrimina a pessoa com deficiência, pois é sinônimo de fragilidade, sendo “eliminado” socialmente. Esta proposta de retirada é sentida com preconceito pelos pobres e por toda a sua família, que deve ser combatida em todos os seus aspectos (SHAH; TAVARES, 2011).

Devemos ter em mente que o conceito de eficiência inclui a relativa incapacidade parcial ou total de realizar atividades dentro da norma considerada normal para um ser humano. A pessoa com deficiência pode desenvolver atividades

laborais desde que tenha suporte suficiente e suas características (SHAH; TAVARES, 2011).

Alunos com deficiência física apresentam dificuldades em realizar tarefas rotineiras dentro da escola que requerem o auxílio de uma terceira pessoa. É importante deixar o aluno ser autor do seu processo de desenvolvimento, aprender e descobrir novos caminhos. As escolas inclusivas têm como principais características o respeito, o acolhimento e a crença no potencial de cada aluno, proporcionando uma educação de qualidade, sem prejuízos (SILVA; VOLPINI, 2014).

Para o aluno que apresenta sequelas motoras, é necessário o acesso à rede regular de ensino para transporte até a escola, caso a família não tenha motorista e ele não possa andar de ônibus; equipamentos necessários para assistir às aulas, como cadeira de rodas. Eliminação das barreiras arquitetônicas e dos preconceitos do professor em relação à pessoa com deficiência, a exigência de um cuidador que acompanhe o aluno em sala de aula, onde a família não tem condições de cuidar dele. Para que os alunos tenham acesso à rede regular de ensino é fundamental a concretização do entendimento dos alunos de que eles têm sequelas. Não há possibilidade desse aluno frequentar uma sala de aula sem atender a essas necessidades, que não são especiais e fazem parte da luta pelo acesso e permanência (SHAH; TAVARES, 2011).

O esporte para pessoas com deficiência surgiu após a primeira guerra mundial, como tratamento para soldados feridos. No Brasil, essa modalidade esportiva foi introduzida no final da década de 50. Essa evolução do esporte influenciou diretamente o ambiente escolar. Muitas vezes, os alunos com deficiência se isentam das atividades físicas, mas devem buscar alternativas para essa realidade (MENDES; CONCEIÇÃO, 2013).

Projetos de esporte adaptado são importantes para o desenvolvimento de atletas de alto rendimento com deficiência. No entanto, a educação física evolui numa visão integradora, que supõe a convivência e participação de todos os alunos nas mesmas atividades. Essa visão se refere às atuais convenções internacionais sobre direitos humanos (MENDES; CONCEIÇÃO, 2013).

A educação física, em concepção moderna, traz a ideia de educação homogênea, baseada na competência e na autoeficácia. Assim, por muitos anos, as pessoas com deficiência foram excluídas da prática. Atualmente, a busca pela Educação Física, assim como o sistema educacional em geral, seja inclusivo,

constituído por todos os alunos (pessoas com deficiência ou não) na mesma atividade (MENDES; CONCEIÇÃO, 2013).

A educação física tem muito a contribuir com as pessoas com deficiência, promovendo maior integração do aluno com deficiência com o meio social, estimulando o interesse pelas atividades físicas, ou até mesmo a formação profissional na área. A educação física inclusiva implica não apenas mudanças nas práticas físicas, mas também a criação de novas atividades (MELERO, 2007).

As pessoas com deficiência devem ter seus direitos e educação claramente reconhecidos. A educação física, nesse contexto, deve introduzir material didático e não complementar, substituindo o currículo tradicional de competitividade pelos objetivos de cooperação e solidariedade.

A pessoa com deficiência é necessária e traz consigo uma série de n, isso no cotidiano. Assim, os aspectos afetivos e o pensamento e a ação são preservados. Precisamos dar a esses alunos todo o potencial de habilidades criativas e espontâneas (NOGUEIRA, 2013).

O fato de andar em cadeira de rodas ou de muletas ou de andar devagar, não pode impedir que fique fora da atividade desportiva que está a realizar. O professor de educação física tem que saber mudar os estilos de ensino para que não haja eliminação.

As pessoas com deficiência precisam adquirir e dominar o movimento, da mesma forma que as outras crianças. Assim, as atividades propostas durante as aulas de educação física são consideradas como formas positivas de desenvolvimento e profissionais de meios técnicos para que todos possam participar dos exercícios propostos (MELERO, 2007).

Para os alunos com deficiência física, os exercícios realizados proporcionam agilidade no manuseio da cadeira de rodas, desenvolvimento do equilíbrio dinâmico e estático, aumento da força muscular, coordenação motora e o favorecimento de sua reabilitação física. A escolha de um esporte depende em muitas possibilidades das pessoas com deficiência física, de sua condição econômica e social, das barreiras formadas por sua aparência física e de suas potencialidades, localização e material adequado, bem como do incentivo da comunidade e da família (NOGUEIRA, 2013).

Analisando a situação atual da educação brasileira, percebe-se que as escolas não possuem ambientes preparados para atender alunos com deficiência

física. Os ajustes necessários e a inovação nos recursos educacionais para alunos com deficiência física estão efetivamente integrados ao ensino regular.

No entanto, a relação da educação física inclusiva com as deficiências físicas proporciona à comunidade a constatação das desigualdades existentes em sua base; e, a partir dessa visão, todos entendem que a mobilidade se supera, demonstrando que a igualdade é possível.

2.3.2 Estratégias e conceitos para a inclusão de pessoa com deficiência física

As mudanças na normalização e a nova política educacional garantem o direito das pessoas com deficiência de acesso à escola regular. No entanto, a teoria não é suficiente. A existência de estratégias é necessária para garantir a incorporação efetiva dessas pessoas, principalmente durante a prática de atividades físicas.

Cada aluno apresenta peculiaridades, ou seja, deficiências específicas; Assim, os métodos e recursos pedagógicos têm de estar relacionados com a situação de aprendizagem em que se encontram. É preciso flexibilidade para atender aos anseios de cada aluno, como diversas metodologias de ensino, avaliação diferenciada e modificações na estrutura e organização do ambiente educacional. A educação inclusiva salienta a proposta de que “são as escolas que têm de se adaptar para atender a todos os alunos e não os alunos que têm de estar preparados para se adaptarem à escola” (GLAT et al., 2011, p.48).

No entanto, a realidade da educação brasileira cria obstáculos. A abertura da oferta de vagas implica uma maior diversidade de alunos nos centros educativos. Maior diversidade pressupõe maior variedade de instrumentos de ensino, o que não ocorre no sistema educacional atual. Os atuais processos pedagógicos adotam uma postura homogênea, não levando em consideração as necessidades específicas de cada aluno. Há, portanto, um grande índice de reprovação e absenteísmo escolar, que atingem os alunos de forma muito significativa e quase irreversível (GLAT et al., 2011).

Outra barreira é que é difícil encontrar o que o corpo docente exige para aceitar as modificações; assim como a falta de interesse em estudar e dialogar com outros professores para criar novas ideias e métodos. Estão sendo agravados por essa conduta profissional, como a falta de apoio da gestão, a falta de tempo durante a jornada de trabalho para elaborar atividades inclusivas e a estrutura insuficiente do

ambiente escolar (FIORINI; MANZINI, 2014).

A incorporação inclui o direito à educação, igualdade de oportunidades e participação. No entanto, mais do que garantir o acesso das pessoas com deficiência às escolas e demais espaços sociais, é preciso que sua aprendizagem permaneça por meio da construção de propostas pedagógicas que possam atender às necessidades específicas dos alunos e educar:

[...] na e para a diversidade para uma sociedade, de fato, inclusive, deve haver uma mudança geral de atitude a partir do entendimento de que a deficiência ou qualquer outra condição não resume nenhuma personalidade anormal de uma pessoa, nem pode ser determinante de suas possibilidades existenciais, sociais e educacionais (GLAT et al., 2011, p. 87).

Os professores precisam "abrir suas mentes" para o trabalho. O reconhecimento da vulnerabilidade e do potencial de cada aluno, o tratamento respeitoso e efetivo, além do real e do prazer que o aluno compreende é de extrema importância para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, pautada na concepção dos direitos humanos (PENAFORT, 2006).

As diferenças contêm grandes oportunidades de aprendizado. Elas oferecem um recurso gratuito, abundante e renovável. A diversidade pode consolidar todos os centros educacionais, que se reinventarão para garantir a igualdade de fruição para todos. A inclusão social, quando ocorre, reforça a ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas pela sociedade (PENAFORT, 2006, p. 43).

No que diz respeito ao desenvolvimento de projetos inclusivos, deve-se levar em consideração que a categorização das pessoas com deficiência independe do diagnóstico médico, determinando suas características físicas e comportamentais. A contextualização dessas pessoas deve ir além de sua deficiência, de seu transtorno ou perturbação. O ser humano muda continuamente, transformando o contexto em que está inserido. Tudo vai depender do ambiente sociocultural, bem como das oportunidades e recursos disponíveis (GLAT et al., 2011).

Porém, é válido dizer que existem muitas semelhanças, como pessoas com surdez, com deficiência física ou intelectual. É possível fazer um trabalho com deficiência a partir do desenvolvimento de grupos como exemplos das necessidades das pessoas com deficiência auditiva, que possuem limitação na comunicação; de pessoas com deficiência, adequando a estrutura arquitetônica da escola para uma maior mobilidade dos alunos. No entanto, este trabalho não pode ser um fim em si mesmo, é necessário enxergar o aluno em suas particularidades, bem como a

deficiência global e atendê-los da melhor forma possível (GLAT et al., 2011).

No livro "Estratégias de aula para a inclusão de pessoas com deficiência" (PENAFORT, 2006) são elencadas uma série de procedimentos básicos para o efetivo processo educacional de pessoas com deficiência. Seguem alguns exemplos de condutas que devem ser realizadas pelos professores:

- Estimular a integração social;
- Combinar diferentes atividades com diferentes objetivos motores para que sejam incluídas situações em que todos possam participar;
- Aderem à idade do aluno, de forma a que as situações sociais e psicomotoras escolhidas vão ao encontro e associadas à sua realidade;
- Estimular atividades e brincadeiras coletivas e individuais;
- Guia do aluno para que a pessoa com deficiência se sinta confortável na companhia de outros alunos e vice-versa.
- Propor exercícios que promovam a autoconfiança e a emergência do potencial individual;
- Utilizar elementos visuais, com posterior explicação, de forma clara e precisa;
- Promover cuidados básicos e descrever como é a prevenção de acidentes durante a prática esportiva;
- Estimular o lado artístico dos alunos, e isso é uma ferramenta muito positiva;
- Apresentações como música, atividades rítmicas e drama são ferramentas eficazes para desenvolver a linguagem corporal;
- Utilizar práticas lúdicas como jogos que estimulem o aspecto cognitivo e a memória; atividades sensoriais que compõem a estimulação visual, tátil, etc.
- Compreender a deficiência do aluno, conhecer as características de sua deficiência, para que o professor possa projetar atividades viáveis e seguras;
- Estimular sempre o aluno, destacando seu potencial;
- Oferecer ajuda aos alunos, perguntando previamente se é necessário e a melhor forma de o fazer;
- Tratar sempre a todos com cortesia, paciência e sinceridade, proporcionando assim um ambiente escolar de apoio;

- Utilizar o próprio corpo para comunicação e expressão;
- Desenvolver hábitos que promovam saúde e higiene;

Mesmo que sejam dirigidas a alunos com deficiência, tais condutas se aplicarão a todos os alunos. O que deve funcionar na escola é o mesmo, as oportunidades são oferecidas a todos, sejam eles, com deficiência ou não (PENAFORT, 2006).

Por meio dessas mudanças, alunos com deficiência, que estavam afastados e dispensados da educação física, podem praticar. Obviamente, é necessário que o professor não fique incapacitado durante a prática. O esporte deve ser um desafio para todos os participantes, dando-lhes a oportunidade de superação. Para superar os obstáculos mencionados, como falta de apoio do Conselho e má gestão do tempo, várias escolas adotaram tutoria, aprendizagem colaborativa e consultoria (BIANCONI; MUNSTER, 2009).

Por meio da tutoria, o professor prepara um colega para acompanhar e auxiliar o aluno com deficiência. A relação entre o aluno e o tutor é de intensa troca de experiências, adquiridas por meio de trabalho individualizado e em equipe (BIANCONI; MUNSTER, 2009).

Por sua vez, a estratégia de educação colaborativa leva à oportunidade de todos os professores trabalharem em equipe, aprimorarem suas habilidades por meio da troca de suportes aprendidos e lições efetivas do setor administrativo. "Quando há cooperação e apoio na escola, os professores aprimoram suas habilidades com efeitos visíveis no aprendizado dos alunos" (BIANCONI; MUNSTER, 2009).

Por fim, a consultoria inclui a participação da família no processo educativo. Os pais são quem melhor conhece as dificuldades e potencialidades dos filhos, sendo peças fundamentais no desenvolvimento do aluno. No seu interior existe também uma consultoria de troca de conhecimentos com outras instituições e entidades, procurando sempre formas de melhorar (BIANCONI; MUNSTER, 2009).

O trabalho em equipe, o ambiente de aprendizagem organizado e as adaptações curriculares podem transformar as necessidades dos alunos com deficiência em temporárias ou mesmo proporcionar o sucesso escolar integral. Não se pode dizer que a deficiência foi curada ou que as condições psicossociais dos alunos mudaram. No entanto, a alteração permitirá que o ensino de pessoas com deficiência tenha um bom desempenho e uma integração escolar efetiva (GLAT et

al., 2011).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi conduzida por meio de uma pesquisa bibliográfica, a partir de concepções de autores que abordam claramente sobre o tema em estudo, cujo conteúdo explicativo trata acerca das práticas inclusivas de professores nas aulas de educação física escolar.

De acordo com Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa fornece subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

A abordagem aplicada neste trabalho foi do tipo qualitativa, visto que tal estudo buscou identificar situações complexas ou estritamente particulares referente as práticas inclusivas de professores nas aulas de educação física escolar. Um estudo qualitativo procura analisar e interpretar os mais profundos aspectos, visando descrever a complexidade do comportamento humano, fornecendo uma análise sobre as atitudes, hábitos e tendências de comportamento, não se preocupando com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Quanto aos fins, foi aplicado em caráter exploratório por realizar um diagnóstico das práticas inclusivas de professores nas aulas de educação física escolar, bem como da viabilidade dessa prática no contexto escolar.

Para a coleta de dados, foi realizado um levantamento bibliográfico referente ao assunto, encontrados em livros, artigos científicos e periódicos coletados nas bases de dados Periódicos Eletrônicos (CAPES) e Google Acadêmico. A partir das palavras chaves: educação física escolar, práticas inclusivas, e pessoa com deficiência, as quais serviram como embasamento para o desenvolvimento deste trabalho. Michel (2005, p. 29) discorre a respeito das técnicas de coleta de dados, que são instrumentos utilizados com a finalidade de levantar dados e informações para análise e a explicação de aspectos teóricos estudados.

Como critérios de inclusão foram utilizados artigos com texto disponível na íntegra, em português, inglês e espanhol publicados nos últimos 10 anos. E, excluídos os artigos incompletos, não gratuitos, repetidos, com restrição de acesso e os que não atendam aos critérios de inclusão delineados.

Para análise dos dados coletados, esta pesquisa utilizou a técnica de análise de conteúdo. Seguiram-se três etapas: a pré-análise, quando foi realizada a organização e leitura do material; a exploração do material e na terceira etapa o tratamento dos resultados, interpretação e categorização dos conteúdos (BARDIN, 1994). De acordo com as informações obtidas fez-se necessário um estudo aprofundado sobre o tema no qual foram analisados o ponto de vista de autores que abordam claramente sobre o assunto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O presente estudo pesquisou sobre as práticas inclusivas de professores nas aulas de educação física escolar, com o objetivo de estudar os saberes relativos as práticas que promovam a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física escolar. Nesse contexto, as discussões desse enfoque mostraram que a inclusão na Educação Física refletiu sobre a participação de alunos com deficiência em programas regulares, sem serem tratados como visitantes, mas sim como membros integrais da turma.

As pesquisas indicaram que a abordagem inclusiva na Educação Física tem proporcionado benefícios significativos para alunos com deficiência. Ao serem vistos como simples alunos da classe, estudantes com deficiência tem sido capazes de se envolver plenamente em atividades físicas, movimentar-se e aprender de acordo com suas necessidades individuais (ALBERTON; MARK, 2008). A inclusão permite que esses alunos se sintam parte do grupo, proporcionando um ambiente de respeito e aceitação das suas limitações e habilidades únicas.

É nesse ponto que educadores físicos desempenham um papel fundamental. Pois o trabalhando em conjunto com especialistas em educação física adaptada e terapeutas, favorece o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e atividades adequadas para atender às necessidades de todos os alunos. Essa colaboração interdisciplinar permite uma abordagem mais abrangente e eficaz, garantindo a participação plena e igualitária de todos os estudantes.

Os achados em Fiorini; Manzini (2014) evidenciaram que a inclusão na Educação Física vai além das atividades em si. Ela visa proporcionar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para a vida em sociedade. O envolvimento de alunos com deficiência em programas regulares junto com os demais alunos, tende a favorecer diferentes experiências e interações com os colegas, contribuindo assim para o aprendizado social e emocional.

Esses achados corroboram as ideias de Stainback e Stainback (1990) apud Santos; Mendes; Ladislau (2015), que defendem a importância da inclusão como forma de preparar os alunos para viver, aprender e trabalhar em todos os aspectos da sociedade. Desta forma, a Educação Física inclusiva, ao oferecer um ambiente de respeito, aceitação e oportunidades iguais, promove a equidade e a valorização da diversidade.

No entanto, é importante ressaltar que a implementação da inclusão na Educação Física requer investimento em recursos humanos e materiais adequados, bem como, a capacitação dos profissionais envolvidos. É necessário um planejamento cuidadoso e adaptado às necessidades individuais dos alunos, garantindo a acessibilidade e a adequação das atividades (SHAH; TAVARES, 2010).

A abordagem proposta por Stainback, Stainback (1990) apud Santos; Mendes; Ladislau (2015), destacam a importância de um sistema educacional unificado, que integre tanto a educação regular quanto a especial, visando atender às necessidades instrucionais de todos os alunos. Essa abordagem enfatiza a individualização das instruções, reconhecendo que cada aluno possui necessidades únicas que devem ser atendidas para otimizar o processo de aprendizagem.

No contexto da Educação Física, a individualização das instruções é essencial para promover a inclusão de alunos com deficiência. Os educadores físicos desempenham um papel fundamental ao adaptar as atividades de acordo com as habilidades motoras, condição física e conhecimento de regras e estratégias de jogos de cada aluno. Essa prática permite que todos os estudantes participem plenamente das aulas, independentemente de suas características individuais (SOBRAL; MIRANDA, 2010).

A implementação de um sistema educacional duplo, no qual existem serviços separados para a educação física regular e adaptada, é considerada ineficiente de acordo com Souza (2017). Isso ocorre porque muitos dos elementos ensinados na educação física regular são os mesmos encontrados na educação física adaptada. Desta forma, o desenvolvimento de padrões motores fundamentais, habilidades motoras prescritivas, condicionamento físico e jogos simples são atividades apropriadas tanto para alunos com deficiência quanto para aqueles sem deficiência. Portanto, a duplicação de serviços resultante de um sistema duplo é desnecessário e não promove a eficiência.

Cumprido ressaltar que, além dos aspectos práticos, a implementação de um sistema educacional duplo pode levar a atitudes inadequadas em relação aos alunos com deficiência, uma vez que, quando esses alunos são separados de suas turmas regulares, eles são percebidos como diferentes e especiais pelos seus professores e colegas. Essa percepção pode levar à visão de que trabalhar com esses alunos requer habilidades e recursos diferentes, contribuindo para a segregação e

estigmatização (PENAFORT, 2006). No entanto, ao promover a inclusão, os alunos com deficiência são vistos como iguais aos demais, com necessidades e desejos semelhantes. Gradualmente, seus colegas percebem que eles têm interesses comuns e compartilham das mesmas atividades diárias, desmistificando a ideia de que são estranhos (PENAFORT, 2006).

Esses achados destacam a importância de promover a inclusão na Educação Física, não apenas para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência, mas também para combater atitudes inadequadas e estereótipos. Entende-se, portanto, que ao criar um ambiente inclusivo, os educadores físicos têm a oportunidade de promover a compreensão, o respeito e a aceitação da diversidade entre os estudantes.

Nesta perspectiva, é fundamental que as escolas e os profissionais da Educação Física recebam suporte e recursos adequados para implementar efetivamente a inclusão. A capacitação dos educadores físicos, a disponibilidade de materiais adaptados e a colaboração com especialistas em educação física adaptada são elementos essenciais para garantir o sucesso desse modelo educacional unificado (OLIVEIRA; MACHADO, 2007).

No que tange aos benefícios da inclusão de crianças com deficiência em classes regulares na Educação Física, estes, são amplamente reconhecidos na literatura. Diversos estudos, como os realizados por Nogueira (2013) e Stainback e Stainback (1990) apud Santos; Mendes; Ladislau (2015), destacam as vantagens desse modelo educacional unificado. A seguir, são discutidos alguns dos principais benefícios identificados:

1. Oportunidade de aprender habilidades sociais: A inclusão em ambientes regulares proporciona às crianças com deficiência a oportunidade de aprender habilidades sociais em contextos mais naturais. Ao interagir com os colegas sem deficiência, elas têm acesso a dicas e consequências naturais, o que favorece o desenvolvimento de comportamentos mais apropriados, como compartilhar, seguir instruções, entre outros.

2. Ambientes estimulantes e motivadores: Ao participar de ambientes regulares, as crianças com deficiência são expostas a situações mais estimulantes e motivadoras, interagindo com crianças da mesma idade. Isso contribui para um maior envolvimento nas atividades escolares e promove um aprendizado mais significativo.

3. Aquisição de habilidades sociais apropriadas: A inclusão permite que as crianças com deficiência aprendam e pratiquem habilidades sociais apropriadas, como vestir-se adequadamente para a idade e abster-se de comportamentos inadequados. A interação com os colegas sem deficiência oferece modelos de comportamento socialmente aceitáveis e oportunidades de prática.

4. Desenvolvimento de papéis apropriados para a idade: A participação em ambientes regulares possibilita que as crianças com deficiência assumam papéis apropriados para a idade, interagindo e colaborando com seus colegas sem deficiência. Isso promove a autonomia e a sensação de pertencimento ao grupo.

5. Participação em atividades escolares variadas: A inclusão permite que as crianças com deficiência participem de uma ampla gama de atividades escolares destinadas a alunos da mesma idade. Isso contribui para uma experiência educacional completa e enriquecedora, permitindo que elas se envolvam em diferentes áreas de interesse.

6. Potencial para fazer novos amigos: A interação com colegas sem deficiência proporciona às crianças com deficiência a oportunidade de fazer novos amigos que não têm deficiências. Isso favorece a formação de relacionamentos saudáveis e inclusivos, baseados na compreensão e aceitação mútua.

7. Integração dos pais e professores: A inclusão nas escolas regulares facilita a integração dos pais e professores de educação especial, permitindo que eles tenham novas experiências, estabeleçam relacionamentos e evitem o isolamento. Essa colaboração entre os pais e os profissionais da educação promove um ambiente de apoio e inclusão.

8. Expectativas mais altas dos professores de educação física adaptada: Quando os alunos com deficiência são colocados em ambientes inclusivos, os professores de educação física adaptada têm expectativas mais elevadas em relação a eles. Isso promove o desenvolvimento e o alcance de metas mais desafiadoras

O modelo de inclusão proposto por Stainback e Stainback (1990) apud Santos; Mendes; Ladislau (2015), enfatiza a necessidade de algumas filosofias-chave para garantir o sucesso da inclusão na Educação Física. Essas filosofias são discutidas a seguir:

1. Adaptar o currículo: É importante reconhecer que nem todos os alunos com deficiência se beneficiarão do currículo regular sem adaptações. O

currículo deve ser flexível e adaptado para atender às necessidades e objetivos de aprendizagem únicos de cada aluno. Por exemplo, na ginástica, um aluno com paralisia cerebral pode trabalhar habilidades de equilíbrio de forma diferente dos seus colegas, focando em exercícios adaptados às suas capacidades. Embora o objetivo principal de controle de movimento seja comum a todos, a avaliação e os objetivos específicos no currículo podem variar para cada aluno, permitindo um ensino personalizado.

2. Integração de pessoal e recursos: A inclusão não significa simplesmente colocar alunos com deficiência em salas regulares sem suporte adequado. É essencial fornecer apoio especializado, como equipamentos adaptados, instrução individualizada e assistentes de educação especial. Isso garante que os alunos com deficiência tenham acesso aos recursos necessários para sua participação efetiva nas aulas de Educação Física.

3. Proporções naturais: Um aspecto crucial para o sucesso da inclusão é manter proporções naturais de alunos com e sem deficiência na sala de aula regular. A distribuição deve refletir a incidência real de deficiências na população escolar. Por exemplo, se estima que 10-15% dos estudantes tenham algum tipo de deficiência, e isso deve ser considerado ao determinar o número de alunos com deficiência em uma classe. Proporções adequadas garantem que o professor possa atender às necessidades únicas de cada aluno sem sobrecarregar a sua carga de trabalho.

4. Baseado em não confinado: A inclusão implica que os alunos com deficiência sejam totalmente integrados à classe regular de Educação Física. Eles são considerados membros da turma, acolhidos pelos alunos sem deficiência. No entanto, é importante ressaltar que cada aluno com deficiência terá necessidades e habilidades motoras diferentes. Alunos com deficiência leve ou que se encaixam no currículo regular podem permanecer na mesma classe que seus colegas regulares. Já os alunos com maiores necessidades de adaptação podem precisar de mais apoio e flexibilidade para transitar entre diferentes contextos educacionais.

Compreende-se, portanto, que a filosofia de inclusão na Educação Física busca garantir que todos os alunos, com e sem deficiência, tenham igualdade de oportunidades para participar, aprender e se desenvolver. Ela reconhece a importância da individualização do ensino, do suporte adequado e da valorização da diversidade em benefício de todos os envolvidos. Ao adotar essa filosofia, é possível

criar ambientes educacionais mais inclusivos, estimulantes e enriquecedores para todos os alunos (MENDES; CONCEIÇÃO; GALERIA, 2013).

Existem muitas filosofias gerais que foram avançadas por profissionais de educação especial e educação física adaptada em relação ao conteúdo e práticas de ensino para alunos com deficiência. Essas filosofias devem orientar qualquer programa com alunos com deficiência, especialmente programas que incluam crianças com deficiência na sala de aula regular. Essas filosofias incluem adequação à idade cronológica, funcionalidade, programação comunitária, tomada de decisão e participação parcial (MENDES; CONCEIÇÃO; GALERIA, 2013).

A adequação à idade cronológica, refere-se a direcionar atividades, expectativas, interações e materiais para a idade cronológica do aluno, em vez de sua idade de desenvolvimento ou funcional. Como Rodrigues; Lima (2017) apontaram, é importante considerar as habilidades funcionais individuais ao determinar como ensinar os alunos, mas a decisão sobre como ensinar deve ser baseada na idade cronológica do aluno.

A maneira mais fácil de determinar se a habilidade é apropriada para a idade é descobrir o que um aluno sem deficiência da mesma idade faria. Em termos de educação física, uma avaliação do currículo de educação física para essa faixa etária revelaria o que eles deveriam fazer (SARTORIUS, 2011). No entanto, as atividades propostas devem ser modificadas para atender às necessidades exclusivas do aluno com deficiência. Também as atividades que não são funcionais para este aluno em particular devem ser eliminadas.

Os três principais objetivos da educação física segundo Stempezynski; Silva (2014, p. 68) são:

- Ajudar os alunos a adquirir as habilidades necessárias para manter uma vida saudável
- Participar de atividades recreativas na comunidade
- Desenvolva habilidades sociais apropriadas para que o aluno possa interagir com os colegas durante o recreio das atividades recreativas.

A melhor forma de garantir que esses objetivos sejam alcançados é apresentando atividades que atendam à idade cronológica dos indivíduos.

Cumpre ressaltar que, por si só, determinar se uma atividade é cronologicamente apropriada para a idade é muito fácil, principalmente se o aluno com deficiência estiver em uma escola regular. Primeiro deve-se revisar o currículo de educação física apropriado para a idade para ver quais atividades se deve fazer

nessa idade. A diferença está em quantas dessas atividades o aluno vai participar e como essas atividades são apresentadas. O segundo aspecto é determinar as atividades das quais os alunos da mesma idade participam no recreio e em sua comunidade. Essas atividades podem ser determinadas perguntando a esses alunos ou observando-os (FARIAS; LOPES, 2015).

No que concerne a funcionalidade, esta, refere-se às habilidades que são mais comumente usadas por todas as pessoas em uma variedade de situações da vida real para serem usadas agora (na escola, na comunidade e em casa) e no futuro (em casa, no trabalho ou na comunidade). Isso significa que as habilidades funcionais são todas aquelas habilidades críticas para que um indivíduo seja o mais independente possível em atividades que são importantes hoje e no futuro. Em vez disso, as habilidades não funcionais são aquelas que raramente são usadas pelo indivíduo durante o curso de um dia típico ou que não serão usadas mais tarde na vida (FERREIRA, 2012).

Em termos de educação física/recreação, uma habilidade funcional é aquela que é importante agora ou no futuro para que o aluno seja capaz de participar de forma independente em atividades recreativas e manter a forma física e a saúde. Além disso, a funcionalidade deve ser em termos do que é importante para os alunos em uma determinada idade. Da mesma forma, a funcionalidade deve estar relacionada à comunidade onde o aluno vive e atua. A critério de exemplo, embora uma pista de boliche, possa ser funcional para um jovem de 18 anos, ela não será funcional se a comunidade onde se mora não tiver uma pista de boliche. Novamente a funcionalidade deve ser algo que é usado ou será usado pelo aluno (FROG, 2016).

Em relação a programação para a comunidade, entende-se aqui que as habilidades devem ser ensinadas em ambientes reais e não artificiais, pois o processo ensino-aprendizagem envolve a generalização de uma habilidade aprendida para outro ambiente mais real. Mas dependendo da deficiência, o aluno pode ou não fazer a transferência (MENDES; CONCEIÇÃO; GALERIA, 2013).

Além disso, a funcionalidade está intimamente ligada à idade e às possibilidades da comunidade de espaços de lazer. Quando se pretende realizar um programa para a comunidade, por exemplo, deve-se ter uma ideia clara do que a comunidade tem em termos de instalações recreativas adequadas para alunos com deficiência.

Frente a tomada de decisão, geralmente, os professores de educação física determinam as atividades que serão realizadas dependendo do currículo de educação física. Quais atividades realizar, os equipamentos que usarão, os jogos em si, ele é o responsável por tomar todas as decisões da aula (SILVA; VOLPINI, 2014).

A tomada de decisão refere-se a dar aos alunos a oportunidade de participar de decisões sobre quais habilidades eles querem trabalhar durante a aula de educação física e como eles querem trabalhar essas habilidades. Isso não significa relegar todas as decisões para o aluno com deficiência. Em vez disso, significa envolver o aluno no processo de tomada de decisão. Afinal, quem é a pessoa que conhece suas necessidades senão a pessoa com deficiência?

As decisões podem variar desde a escolha de atividades específicas até a escolha de equipamentos específicos, obviamente a capacidade de escolha vai de acordo com a capacidade cognitiva do sujeito (SILVA; VOLPINI, 2014). Alunos com problemas físicos, sensoriais ou de aprendizagem escolhem adequadamente; mesmo o indivíduo mentalmente retardado pode tomar decisões. Alunos com problemas de comunicação podem indicar por meio de sorrisos, choro ou posições corporais se preferem determinadas atividades ou equipamentos. Novamente, a chave é permitir que o aluno escolha ter um aluno mais motivado e com melhor comportamento.

No que concerne a participação parcial, muitos alunos com deficiência podem não conseguir participar das aulas de educação física de forma independente. Porém, com auxílio, uso de equipamentos adaptados e mudanças nas atividades, todos podem participar. Fornecer assistência e acomodações para alunos com deficiência para que possam participar de atividades funcionais apropriadas à idade em ambientes naturais é chamado de participação parcial (STEMPEZYNSKI; SILVA, 2014).

O aluno deve ser encorajado a realizar o máximo possível da habilidade, sendo permitido o uso de assistência física ou equipamento adaptado quando necessário. Por exemplo, se houver um aluno com deficiência visual durante uma atividade de futebol, ele pode acertar uma bola colocada em um suporte, numa linha de rebatidas e base pode estar a uma distância menor. Além disso, um parceiro pode fornecer orientações verbais para ajudar o aluno a encontrar a base. Com

essas simples modificações, o aluno pode participar plenamente das aulas regulares de educação física (MANTOAN, 2004).

A participação parcial inclui uma variedade de apoio. Para alguns alunos, o apoio pode ser físico por um colega tutor ou um professor assistente. Por exemplo, um amigo pode ajudá-lo a mudar de estação para estação, desenvolver várias habilidades e fornecer ajuda e feedback de instrução, enquanto outros podem precisar de ajuda na forma de equipamentos adaptados. O objetivo é permitir que o aluno seja o mais independente possível, mas também fornecer suporte ao aluno para que ele possa concluir a habilidade e participar da atividade (GLAT et al., 2011).

Quando implementada adequadamente, a participação parcial permite que praticamente todos os alunos com deficiência participem de atividades funcionais adequadas à idade em um ambiente natural. A participação parcial pode ocorrer, bastando fornecer suporte na forma de assistência física, equipamentos adaptados e mudanças de regras. Uma das principais razões pelas quais alguns profissionais acham que os alunos com deficiência devem ser segregados é que eles recebem instrução mais individualizada em programas segregados (FERREIRA, 2012). Em tese, a participação parcial fornece instrução individualizada na sala de aula regular, mas não há necessidade de segregação.

5 CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, chegou-se a conclusão que o estudo dos saberes relativos às práticas que promovem a inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física escolar é de extrema importância para o desenvolvimento de uma educação inclusiva e para garantir a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e limitações.

Com a pesquisa realizada constatou-se que há uma crescente produção científica voltada para a temática da inclusão do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física escolar. Isso demonstra o reconhecimento da importância dessa discussão e o interesse em aprimorar as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão.

Identificamos também que a inclusão é pautada por princípios fundamentais, tais como respeito à diversidade, igualdade de oportunidades, valorização das diferenças e adaptação das atividades de acordo com as necessidades dos alunos com deficiência. Esses princípios têm como base as legislações e diretrizes que garantem o direito à educação inclusiva.

Com relação às estratégias inclusivas promovidas por professores de Educação Física escolar, observou-se a diversidade de abordagens e práticas utilizadas. Alguns professores adaptam as atividades, utilizando materiais e equipamentos específicos, outros trabalham em parceria com profissionais de apoio, como monitores de auxílio, e ainda há aqueles que promovem atividades cooperativas e de interação entre os alunos.

Essas estratégias evidenciam a importância do planejamento e da flexibilidade nas aulas de Educação Física escolar, de modo a atender às necessidades individuais de cada aluno com deficiência. Além disso, destacou-se a relevância do diálogo e da parceria com os demais profissionais da escola, como o professor de apoio e a equipe multidisciplinar, para garantir a efetividade das práticas inclusivas.

Através da análise das práticas inclusivas dos professores de Educação Física, percebeu-se que essas práticas têm um impacto significativo na participação e no desenvolvimento dos alunos com deficiência. A partir de adaptações curriculares, o uso de recursos e materiais adaptados, a criação de ambientes

acolhedores e inclusivos, os professores têm o poder de proporcionar experiências de aprendizagem enriquecedoras para todos os alunos.

Essas práticas inclusivas não beneficiam apenas os alunos com deficiência, mas também contribuem para a valorização da diversidade e para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas de todos os alunos. Ao promover a inclusão na Educação Física escolar, estamos preparando os alunos para uma sociedade inclusiva, onde a diversidade é respeitada e todos têm a oportunidade de participar plenamente.

No entanto, é importante destacar que a promoção da inclusão na Educação Física escolar não é um trabalho individual. É necessário o apoio de toda a comunidade escolar, bem como a parceria com profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, entre outros. A colaboração entre esses profissionais é essencial para criar um ambiente inclusivo e oferecer suporte adequado aos alunos com deficiência.

Com base nos resultados deste estudo, recomendamos que as instituições de ensino e os professores de Educação Física invistam na formação continuada, oferecendo cursos, workshops e capacitações específicas sobre práticas inclusivas. É fundamental que os professores estejam atualizados e preparados para lidar com a diversidade de necessidades e habilidades dos alunos com deficiência.

Além disso, é importante que as escolas proporcionem recursos e materiais adaptados, bem como um ambiente físico inclusivo, para que todos os alunos possam participar das atividades de forma plena. A adaptação de materiais e a criação de espaços acessíveis são medidas essenciais para garantir a inclusão de todos os alunos, promovendo a igualdade de oportunidades.

Nesse contexto, ressalta-se a importância de uma reflexão constante sobre as práticas pedagógicas e o compromisso em promover a inclusão na Educação Física escolar. Por meio da troca de experiências, da busca por novas estratégias e do envolvimento de todos os atores educacionais, podemos construir um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, onde cada aluno seja valorizado e tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial.

No geral, é pertinente ressaltar ainda que a pesquisa apresentou algumas limitações importantes; a priori, a análise baseou-se em estudos e fontes bibliográficas, o que pode limitar a variedade e a atualidade dos dados obtidos.

Embora essa abordagem tenha permitido uma ampla revisão da literatura disponível, a falta de dados empíricos diretos pode restringir a aplicabilidade dos resultados.

Apesar destas limitações, a pesquisa proporcionou avanços significativos no entendimento das práticas inclusivas dos professores nas aulas de educação física escolar. A revisão da literatura permitiu uma compilação abrangente e aprofundada das teorias, estratégias e abordagens existentes para promover a inclusão na educação física escolar. Essa síntese de conhecimentos pode servir como um guia valioso para professores, gestores escolares e pesquisadores interessados em implementar práticas inclusivas.

Além disso, a pesquisa identificou lacunas e desafios na literatura atual, destacando a necessidade de futuras pesquisas empíricas que explorem e avaliem a eficácia das estratégias inclusivas na educação física escolar. Esses avanços fornecem uma base sólida para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo das práticas inclusivas nas aulas de educação física escolar, visando uma educação mais igualitária e acessível para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Elizabel Maria; MARK, Mary Christine Berdusco. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola**: contribuições para o professor da escola regular. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- ALONSO, Daniela. **Os desafios da educação inclusiva**: foco nas redes de apoio. Nova escola, fev. 2013. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- BIANCONI, Elizabeth de Cássia; MUNSTER, van Mey Daniel. Educação física e pessoas com deficiência: considerações sobre estratégias de inserção no contexto escolar. *In*: IX Congresso Nacional de Educação, 26 a 29 de outubro de 2009, PUCPR. **Anais...** Paraná, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1995_991.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200).
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de Conteúdo**: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev Bras Enferm*, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- DALVI, Márcia da Silva; BRUSI, Alessandro. A educação inclusiva e o papel da educação física no contexto escolar. **Revista de extensão das Ideias**. Universidade Federal do Acre, 2008. ISSN 1982-7768. Disponível em: <http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/>. Acesso em: 18 mar. 2023.
- ESPINOSA, Carlos Ríos; CANINEU, Maria Laura. Não à segregação das pessoas com deficiência nas escolas. **Rev. Human Rights Watch**. Outubro, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/10/23/376838> Acesso em: 23 fev. 2023.
- FARIAS, Roseane Rabelo Souza; LOPES, Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo. As Pessoas com Deficiência no Contexto da Educação Escolar Brasileira. **Revista HISTEDBR**. On-line, Campinas, nº 65, 2015. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/7359/6176>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FERREIRA, Camila de Ávila. **Estratégias Pedagógicas de Professores de Educação Física com alunos com deficiência.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69848/000874736.pdf?sequence=1> Acesso em: 02 abr. 2023.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificação de dificuldades, ações e conteúdos para a formação de professores. **Reverendo Bras. Ed.** Especialmente, Marília, v. 20, não. 3, pág. 387-404, /conjunto., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n3/05.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

FROG, Jiten branco. **Os quatro pilares de uma educação para o século XXI e suas implicações na prática pedagógica.** Colunistas, 2016. Disponível em: [http://www.educacional.com.br/articulistas/outroseducacao_artigo.asp?artigo="artigo0056](http://www.educacional.com.br/articulistas/outroseducacao_artigo.asp?artigo=). Acesso em: 14 mar. 2023.

GLAT, Rosana; et al. **Inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades especiais na escola e no trabalho.** Rio de Janeiro, ago. 2011. Disponível em: http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/ciee_texto_glat_et_all_versao_final_agosto_2011.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

HAMZE, Amélia. **O que é aprender?** Escuela Brasil, 2009. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/o-que-e-aprendizagem.htm>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MAHMOUD, Mat Garcia; SILVA, de Renata Vanessa; SILVA, Rita de Fátima. Atividades Inclusivas em Educação Física. **Revista digital, Efdeportes.com.** ano 13, nº. 119, Buenos Aires, abr. 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 2004.

MELERO, Miguel Lopes. **Educação física e pessoas com deficiência.** Caña legal.com, 2007. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/educafisica>. Acesso em: 14 mar. 2023

MENDES, Rodrigo Hubner; CONCEIÇÃO, Luiz Henrique de Paula; GALERIA, Augusto. **O caso da educação física inclusiva-Brasil.** Divers o, 10. 2013. Disponível em: http://www.diversa.org.br/estudos-de-caso/caso/o_caso_de_educacao_fisica_inclusiva_brasil. Acesso em: 16 abr. 2023.

NOGUEIRA, Dilma. A importância da educação física para pessoas com deficiência física. **Pedagogia à la carte**, abr. 2013. Disponível em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/a-importancia-da-educacao-fisica-para-os-portadores-de-deficiencia-fisica/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

OLIVEIRA, E. de; MACHADO, K. da S. Adaptações curriculares: caminho para uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

ONOFRE, Joelson Alves. Educar para uma sociedade inclusiva. **Escola do Brasil**, 2008. Disponível em: <http://meuartigo.brasescola.uol.com.br/educacao/educar-para-uma-sociedade-inclusiva.htm>. Acesso em: 26 abr. 2023.

PENAFORT, ouora Jaqueline. **Estratégias de sala de aula para a inclusão da pessoa com deficiência** : o acolhimento do aluno carente em núcleos que oferecem educação física adaptada à opção de aulas de atividades. Curso de formação de práticas de educação física para pessoas com deficiência. Secretaria Especial para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Cidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/></http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/>apostila_curso_capitacao_SP_1267713703.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista Interritórios. Especialização em Educação Social**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2017.

SANTOS Thiffanne Pereira dos; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação especial: da segregação a inclusão?** 2015. IV Semana de Integração: XIII Semana de Letras, XV Semana de Pedagogia e I Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX) – Educação e Linguagem: (re)significando o conhecimento. Disponível em: <http://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/5008/2845>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SANTOS, N. DE S; MENDES, J. DE S; LADISLAU, C. R. **Educação física escolar: dificuldades e estratégias**. In: Congresso Sudeste de Ciências do Esporte, 5. Anais Lavras: UFL, 2014, p. 3. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/5sudeste/lavras/paper/viewFile/6383/3226> Acesso em: 02 abr. 2023.

SARTORIUS 5, Fabiani. A importância da educação inclusiva na escola. **Viva a inclusão**, 2011. Disponível em: http://vivaainclusao.blogspot.com.br/2011/10/importancia-da-educacao-inclusiva-na_07.html. Acesso em: 16 ago 2022.

SHAH, Eliza Martins; TAVARES, Melanie Marie. **Acessibilidade de crianças com deficiência na escola**. 2010. 12h Trabalho de conclusão de curso (pós-graduação)- Faculdade Católica de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SHANKAR, Aline de Jesus; e outros A inclusão de crianças com deficiência e os desafios para os professores em relação a ela. **Revista Cairu – educação, sociedade e gestão da sustentabilidade**, ano 1, /Nov.2011... Disponível em: <http://>

www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/inclusao_crianças_port_nec_especiais.pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

SILVA, Adilson Florentino da; CASTRO, Ana Lourdes Babu; WHITE, Maria Cristina Castillo de Mello. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais:** deficiência física. Departamento de educação especial. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SILVA, Flávia Natália Ramos da; VOLPINI, Maria Neli. **Inclusão de alunos com deficiência física na escola:** conquistas e desafios. Termos de educação: educação e sociedade, UNIFAFIBE, bebedouro, p. 18 a 29, 2014. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/></http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/>Resumo/31/04042014073755.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SOBRAL, Leonardo José da Silva; MIRANDA, Maria Irene. **Educação Física Inclusiva:** perspectivas psicopedagógicas. 2010. Disponível em: https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/educacao_fisica_inclusiva_-_perspectivas_psicopedagogicas.pdf. Acesso em: 8 abr. 2023.

SOUZA, Gleiciane Anjos de. **Inclusão dos alunos com deficiência física nas aulas de educação física.** Universidade de Brasília – Graduação em Educação Física. BURITIS – MG, 2017.

STEMPEZYNSKI, Emanuele; SILVA, Mônica Telli Morena. Educação física inclusiva, necessidades educacionais especiais (NEE) na escola regular do município de Getúlio Vargas. **IDEAU (KING) Revista de Educação**, v. 9, não. 19 de janeiro/junho. 2014. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/6_1.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.